

MAURÍCIO TAMER

Prefácio

Marco Aurélio Florêncio Filho

COMPLIANCE E DIREITO PENAL ECONÔMICO

MAURÍCIO TAMER

Prefácio
Marco Aurélio Florêncio Filho



Fruto da tese de doutorado em Direito Político e Econômico do autor, o texto propõe a identificação de uma relação simbiótica entre o *Compliance* e o Direito Penal Econômico, especialmente a partir de uma visão histórica da relação entre o Estado e os poderes econômicos e da proposição do reconhecimento de uma teoria jurídica de Direito Penal Econômico autônoma. Tenta, assim, responder a algumas perguntas pertinentes à contemporaneidade: existe relação entre o *compliance* e o Direito Penal Econômico? Existindo essa relação, como ela se manifestaria? A Teoria Jurídica de Direito Penal Geral, por assim dizer, seria suficiente para confortar, dogmaticamente, os fenômenos econômicos – inclusive o *compliance* – ou se faria necessária uma Teoria Jurídica de Direito Penal Econômico autônoma? Em sendo justificada uma nova teoria autônoma, como essa autonomia se manifestaria? Existindo relação com o *compliance*, essa relação também ajudaria a justificar, confirmar, explicar e operacionalizar a teoria autônoma de certa forma? Em resposta, conclui pela existência de uma relação histórica, contextual, jurídica e de operacionalização entre ambos os fenômenos.

Área específica

DIREITO ECONÔMICO

Áreas afins

COMPLIANCE, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO PÚBLICO, DIREITO PENAL, DIREITO PENAL ECONÔMICO, DIREITO PROCESSUAL PENAL.

Palavras-chave

Compliance. Fundamentos do *compliance*. Autorregulação regulada. Governança corporativa. Direito Penal Econômico. Teoria jurídica autônoma. Leis penais em branco. Crimes de perigo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Responsabilidade penal por omissão.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10003411

T157c

Tamer, Maurício

Compliance e Direito Penal Econômico / Maurício Tamer. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

Inclui bibliografia.

263p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-449-5

1. Direito Econômico. 2. Compliance. 3. Direito Empresarial. 4. Direito Público. 5. Direito Penal. 6. Direito Penal Econômico. 7. Direito Processual Penal. I. Título.

2022-2240

CDD 341.39

CDU 34:336.2

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TAMER, Maurício. *Compliance e Direito Penal Econômico*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 263p. ISBN 978-65-5518-449-5.

MAURÍCIO TAMER

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2021). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2016). Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012). Coordenador e professor de Cursos de Pós-Graduação e Graduação. Autor e coautor de livros e artigos jurídicos, como *LGPD: comentada artigo por artigo* e *Justiça Digital: o acesso digital à Justiça e as tecnologias da informação na resolução de conflitos*. Advogado no Machado Meyer Advogados.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Marco Aurélio Florêncio Filho.....	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O <i>COMPLIANCE</i>	23
1.1 Considerações iniciais.....	23
1.2 <i>Compliance</i> : conceito polissêmico e uma visão do seu surgimento pautada na relação histórica entre o Estado e a economia	24
1.3 A Lei nº 12.846 de 2013 e o Decreto Regulamentador nº 11.129 de 2022	55
1.4 O fenômeno do <i>compliance</i> nos países do MERCOSUL.....	66
CAPÍTULO 2	
FUNDAMENTOS DO <i>COMPLIANCE</i>	71
2.1 Autorregulação regulada.....	71
2.2 Governança corporativa.....	83
2.3 Responsabilidade social.....	101
2.4 Ética empresarial.....	106
2.5 Sistemas de Gestão de <i>Compliance</i> : <i>compliance</i> formal <i>versus compliance</i> real	108
2.6 Resultados parciais.....	130
CAPÍTULO 3	
UMA TEORIA JURÍDICA DE DIREITO PENAL ECONÔMICO AUTÔNOMA E SEU PERFIL.....	135
3.1 Nota introdutória.....	135
3.2 Uma teoria a ser construída a partir da lógica orbital de seus elementos: a definição histórica e conceitual do direito penal econômico e a identificação do bem jurídico tutelado	138
3.3 A técnica legislativa diferenciada.....	154
3.3.1 A utilização das leis penais em branco: um desafio diante do princípio da legalidade e um problema à ideia de presunção absoluta do conhecimento da lei penal	154
3.3.2 A antecipação da tutela penal com a utilização dos crimes de perigo...	180
CAPÍTULO 4	
OS DOIS PRINCIPAIS PONTOS DE MANIFESTAÇÃO DA AUTONOMIA DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E QUE REVELAM O <i>COMPLIANCE</i> COMO EXEMPLO DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	189
4.1 A responsabilidade penal da pessoa jurídica	189
4.2 A importância do estudo da responsabilidade penal por omissão imprópria: a experiência do <i>compliance officer</i>	218
CONCLUSÕES.....	247
REFERÊNCIAS.....	251